

Como a história dos erros recentes do governo do PT alterou a memória social e a estrutura da língua no Brasil

Leda Verdiani Tfouni

Professora Titular do Dep. de Psicologia e Educação da FFCLRP

Universidade de São Paulo- Brasil

Pesquisadora do CNPq

Resumo: Neste trabalho, pretende-se analisar o efeito que recentes fatos -relacionados à política conduzida pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil- tiveram sobre a memória social do país, e também verificar os modos pelos quais esses fatos se inscreveram na língua, criando deste modo, novas veredas para a constituição da História e da identidade do povo brasileiro.

Escândalos financeiros, envolvendo o PT, e, muito provavelmente, também o governo Lula, abalaram recentemente a confiança quase absoluta que a população tinha acerca dos procedimentos éticos do partido e de suas lideranças.

O caso dos Correios e também o da distribuição de propinas entre parlamentares da oposição, a fim de garantir o apoio nas votações de projetos cruciais ao governo, entre outros, abalaram a confiança que o povo depositava no PT. O envolvimento de ministros e políticos ligados ao governo, ou à cúpula do PT, deixaram quase evidente o envolvimento de Lula nesses escândalos.

Do ponto de vista adotado neste trabalho, encaramos como impossível que fatos históricos desta magnitude não deixem um lastro na memória social, e também não deixem suas marcas na estrutura da língua.

Assim, pretendemos mostrar aqui que, em decorrência desses acontecimentos, novas palavras surgiram no léxico do português brasileiro, com a função de expressar essas novas zonas de sentido que foram inauguradas pelo processo descrito acima. Do mesmo modo, do ponto de vista sintático, construções que antes eram quase impossíveis de ser materializadas tornaram-se possíveis.

Pretendemos mostrar, deste modo, que a articulação entre memória, língua e história, é indissociável do político.

Aspectos teóricos- A Análise do Discurso de tradição francesa (AD), criada por Pêcheux na década de 1980, propõe uma região de entremeio entre língua e fala, que seria o discurso. Para estudar as produções lingüísticas no seu sentido mais amplo, enquanto discurso, é necessário fazer a articulação entre: enunciado e enunciação (segundo Courtine (1999), a mesma diferença que existe entre “fabricação” e “objeto fabricado”). Uma conexão possível para lidar com a relação entre enunciado e enunciação é possibilitada pela atuação da memória e da História.

Pensar o assujeitamento do sujeito falante à ordem do discurso implica, ao mesmo tempo, articular e dissociar dois níveis de descrição: A) O nível da enunciação (o eu, aqui, agora, do discurso) e B) O nível dos enunciados- ou interdiscurso (pré-construído)- série de formulações que se articulam em formas lingüísticas determinadas (citação, repetição, paráfrase, oposição, antítese, etc.). É aí, no interdiscurso, que temos o domínio da memória, ou seja, a exterioridade constitutiva dos enunciados, espaço no qual o sujeito falante não tem um lugar já definido, visto que, no domínio da memória, temos uma voz sem dono (Courtine, op. cit.).-

A AD propõe-se interpretar os enunciados de um corpus através do desvelamento do processo que os colocou em funcionamento, ou seja: suas condições de produção. O que constitui as condições de produção de um discurso? O quadro institucional, o aparelho ideológico no qual esse discurso se inscreve, as representações imaginárias que estão subjacentes, a conjuntura política na qual ele foi produzido, as relações de forças, os efeitos estratégicos (de persuasão) procurados, etc.

Todo e qualquer dizer tem um caráter inescapavelmente histórico, ou seja, é impossível pensar na linguagem, no sujeito e no sentido fora dessa relação, que caracterizaremos como visceral: condição necessária de constituição e de funcionamento de todo discurso. É isto que confere ao acontecimento de linguagem um caráter repetível, especialmente por sua relação com uma (ou mais) formação discursiva: os dizeres possíveis em determinado momento sócio-histórico. O acontecimento da ordem do repetível, ao entrar em contato com o novo, específico de um dado tempo, re-atualiza a enunciação, o que pode levar à emergência de um novo sentido em um enunciado, ou, ainda, a um novo enunciado.

No processo acima, é a memória que regula, conserva e, ao mesmo tempo, promove o rompimento, o deslocamento da ordem (r)estabelecida do sentido de um enunciado. Este conceito ancora-se em uma dinamicidade que se mostra também na forma como os acontecimentos históricos são ou não inscritos na memória, em como são aspirados por ela ou nela instituem uma falha, uma físsura.

Podemos dizer que existe, assim, um mecanismo(ideológico) de naturalização dos sentidos, que captura o sujeito, e que pode atualizar-se na língua através da escolha de um léxico, por exemplo. Bakhtin, sob o pseudônimo de Voloshinov (1986) já afirmava que as palavras de uma língua são carregadas de um conteúdo ideológico, que reflete a história da luta de classes. Deste modo, podemos dizer que todo acontecimento de atualização da língua através da introdução de novas palavras no seu léxico assume as feições da verdade do sujeito. Assim, as formações metafóricas, que concretizam a deriva (origem do acontecimento) inserem-se também na história particular, ou seja, na memória. Deste modo, as atualizações na língua são produto da História social e da história particular, as quais possibilitam ao sujeito alocar-se em sítios de significação (materializados em cadeias de significantes): lugares específicos no interdiscurso, que vão servir de âncora para o sujeito do discurso durante o ato de enunciação.

A memória é processo dotado de um âmago dialético: por um lado, o que pode e/ou deve ser retomado, recuperado; por outro lado, o que pode e/ou tem por obrigação/condição transformar, deslocar. A

materialidade discursiva é estruturada de forma emaranhada, intrincada “(...) a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (Pêcheux, 1990:52). É a garantia da legibilidade, e ao mesmo tempo a possibilidade de irrupção do novo, via deslizamento de sentidos.

Para ilustrar, apresentaremos uma análise de fatos recentes que ocorrem na atualidade do cenário político brasileiro. Os escândalos das propinas distribuídas pelo partido do governo aos parlamentares em troca de apoio político, e do desvio de verbas dos fundos de pensão, constituiu-se em um fato recente da História, que, como tal, enquanto acontecimento, veio causar um desarranjo na rede da memória já estabilizada, no interdiscurso. Essa instabilidade caracteriza uma irrupção do novo, e, dialeticamente, clama por interpretação, ao mesmo tempo em que requer que novos arranjos enunciativos sejam elaborados discursivamente. Provoca, nesse movimento, um rearranjo nas redes de memória discursiva, afetando o funcionamento da língua.

Deste modo, temos, como consequência, que um novo léxico foi adicionado ao “dicionário”, ou ao arquivo, no sentido dado por Pêcheux (1997) de “as coisas a saber”. Palavras como “mês”, que tinham, em sua rede associativa anteriormente constituída, “mensal”, “mensalidade”, sob a influência dos novos acontecimentos históricos, têm suas redes de memória desviadas, refeitas, reformuladas, ampliadas. Assim, “mensalão” e seu oposto jocoso, “mensalinho”, são introduzidos aí, nesse nóculo de memória, e passam a funcionar em relação de paráfrase com o léxico já existente, acompanhados de uma mudança morfossintática que afeta a língua: o uso inovador da flexão de grau (diminutivo e aumentativo), que antes não se aplicava à palavra “mensal”, além da transformação do adjetivo em substantivo, são testemunhos, na materialidade lingüística, de que todo fato histórico reclama por uma atualização do discurso, atualização essa que vem através de mecanismos de substituições, paráfrases, retomadas, acréscimos, apagamentos, etc. ocorridos na estrutura da língua. Neste caso, pode-se constatar que “mensalão” foi a palavra cunhada pela imprensa para designar os milhares de reais que foram pagos a parlamentares a fim de garantir apoio político aos projetos do presidente Lula. O aumentativo presta-se aí quase que a exprimir uma interjeição de espanto: tão grande era a “mesada” que o grau ordinário do substantivo não daria conta semanticamente do espanto causado pela descoberta da rede de corrupção que corria solta nos porões do Senado e da Câmara. Por outro lado, “mensalinho” surgiu por uma intenção jocosa, como parte de uma piada criada pelo povo, para referir-se a pequenas vantagens que funcionários públicos recebem do governo, como, por exemplo, o “ticket” alimentação e o vale transporte. Num movimento de tentativa de aliviar-se da carga emocional criada pela descoberta do esquema corrupto, a voz do povo carnavaliza (usando uma expressão de Bakhtin, 1999) os fatos através da criação do neologismo.

Do mesmo modo, “Severino” é ressignificado. É um substantivo próprio, que tem sua constituição em um adjetivo, cuja história de formulação discursiva remete a grandes nomes da literatura brasileira, como Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto, dois dos maiores escritores brasileiros (Quem não conhece “Morte e Vida Severina”, ou “Vidas Secas”?). Assim, o contexto histórico em que este léxico foi utilizado até a atualidade, que se filia, pela memória enunciativa, a regiões do interdiscurso amarradas por semelhança semântica, sofre, por influência da ideologia, os efeitos da contradição. Severino, deste modo, passa por uma modificação semântico-discursiva, e muda de sentido. Antes, o sentido de Severino era associado, pela memória discursiva, a dignidade; agora, depois que se descobriu que o presidente do Senado, Severino Cavalcanti, também cobrava pesadas “mesadas” do gerente do restaurante do Senado,

passou a significar também seu oposto: desonestidade. O significado da palavra, portanto, mudou, e ampliou-se, sob o efeito do acontecimento (História) e isto afetou as redes de memória.

De agora em diante, sempre que estes significantes forem ativados no interdiscurso, essa história de constituição de sentidos atualizada por novos fatos irá ativar-se, e a palavra, quando enunciada, além de um sentido literal, que advirá do contexto lingüístico no qual ocorrer, carregará consigo toda a virtualidade semântica que a compôs historicamente. Deste modo, um enunciado como : “Ele é um severino”, que antes dos fatos atuais, significava mais ou menos algo como “Ele é um pobre coitado, sofredor, porém é digno e honesto”, a partir de agora pode ser usada em um contexto de enunciação completamente oposto. A repetição da palavra, mesmo que ela continue imutável no dicionário da língua, será daqui para frente sempre afetada por uma memória que Courtine (1981) denomina de repetição vertical. Trata-se de uma repetição da ordem de uma memória lacunar ou com falhas, que ocorre à revelia do sujeito enunciadador, sob a influência da História, e que se opõe a uma repetição de elementos de extensão, da ordem de uma memória cheia, saturada.

Não é só no nível morfológico, no entanto, que a História afeta a língua. Ela o faz em todos os níveis. Vamos considerar um enunciado como: “O PT é um partido desonesto/ não-confiável”. Levando-se em conta a História recente da constituição desse partido político, esta era uma asseveração do campo do impossível, e seria tida como semanticamente anômala, caso fosse enunciada. Tal como Pêcheux (1989) comenta para o enunciado “A Terra é redonda”, se fosse produzido antes de Copérnico, do mesmo modo a frase acima estava interdita ao dizer - não podia ser formulada devido a fatores ideológicos. Até mesmo os partidos inimigos do PT nunca se tinham atrevido a fazer tal afirmação. No entanto, à luz dos novos fatos históricos (políticos), aquilo que era impossível tornou-se possível, e o enunciado “O PT é um partido desonesto/não confiável” já circula em algumas formações discursivas, mesmo entre as de resistência à ordem recém-estabelecida. Isto é efeito do interdiscurso. Courtine (1999: 22) coloca esta questão da seguinte maneira: “Existem, portanto, dois modos de determinação do ato de enunciação pela exterioridade do enunciável, ou interdiscurso: o interdiscurso como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável, e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção provoca um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável”.

Pretendemos mostrar, com esta análise, que, além daqueles “sentimentos” que comumente nos assolam diante de acontecimentos como esses (desolação, tristeza, revolta, etc.), também há conseqüências mais profundas, que extrapolam o nível das individualidades, pois afetam o modo de funcionamento da História, além de fazerem inscrições na língua e na memória que nunca serão apagadas.

Referências

- BAKHTIN, M. (1999) A Cultura Popular no Renascimento e na Idade Média. São Paulo: HUCITEC
- COURTINE, J.J. (1981). *Analyse du discours politique*. Langages, 62, Paris: Larousse.
- COURTINE, J. J. (1999). *O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. IN: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Org: Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.
- PÊCHEUX, M. (1969). Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1999). Papel da memória. In: P. Achard (Org.). Papel da memória. (Tradução de José Horta Nunes). Campinas: Pontes..
- PÊCHEUX, M. (1997) *Ler o arquivo hoje*. In Orlandi, E. P. Gestos de Leitura- da História no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP
- VOLOSHINOV, V. N. (MIKHAIL BAKHTIN). (1986) Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec